



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 238

2ª CÂMARA CÍVEL  
**APELAÇÃO CÍVEL 64059-97.2010.8.17.0001 (296450-5) - 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
APELANTES: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e ITAÚ UNIBANCO S/A  
APELADA: GLEYK SUZY GALINDO GUIMARÃES

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANO MORAL. PRELIMINARES DO ITAÚ UNIBANCO DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACOLHIMENTO DA PRIMEIRA PREAMBULAR E NÃO CONHECIMENTO DA SEGUNDA. INSCRIÇÃO DE DÍVIDA QUITADA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. APELO DO BANCO SANTANDER IMPROVIDO.

- Preliminar de violação à coisa julgada, suscitada pelo Itaú Unibanco, acolhida, considerando a extinção do feito com resolução do mérito em relação à sobredita parte, quando do proferimento de decisão homologatória de acordo por ele firmado com a ora Apelada, restando impossível sua responsabilização pelo dano moral arbitrado na sentença. Precedentes do STJ.

- Por conseguinte, considerando o afastamento do Itaú Unibanco da presente lide, resta prejudicado o seu argumento de que não é parte legítima para figurar no polo passivo desta demanda, razão pela qual não conheço da preliminar de ilegitimidade passiva.

- A Apelada demonstrou que a dívida da qual decorreu a negativação do seu nome em órgãos de restrição ao crédito encontrava-se devidamente quitada, configurando tal inscrição indevida, por si só, dano moral passível de indenização, independente da demonstração do efetivo prejuízo. Precedentes.

- Assim, levando-se em conta a situação econômica das partes, a gravidade do dano e o escopo satisfativo e pedagógico da reparação, tenho por adequado o montante arbitrado a tal título pelo julgador primevo, qual seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

- Acolhimento da preliminar de violação à coisa julgada suscitada pelo Itaú Unibanco, afastando qualquer responsabilidade deste na presente lide, não conhecimento da preliminar de ilegitimidade passiva da sobredita parte e improvemento da apelação interposta pelo Banco Santander.

1 e



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **ACOLHER A PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA SUSCITADA PELO ITAÚ UNIBANCO, NÃO CONHECER DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SOBREDITA PARTE** e, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DO BANCO SANTANDER**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL 64059-97.2010.8.17.0001 (296450-5) - 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
APELANTES: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e ITAÚ UNIBANCO S/A  
APELADA: GLEYK SUZY GALINDO GUIMARÃES

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelações interpostas contra sentença (fls. 160/161), a qual julgou o pleito procedente, declarando a inexistência da dívida objeto da lide, com a consequente baixa da restrição creditícia, bem como condenando os ora Apelantes, e o Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda., solidariamente, ao pagamento, em favor da Apelada, da indenização por danos morais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), deduzida a quantia eventualmente recebida pela consumidora "em razão de acordo celebrado extrajudicialmente e homologado em juízo".

A presente demanda reporta-se à Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais na qual a ora Apelada visa à retirada de seu nome dos órgãos de restrição ao crédito, bem como a condenação dos ora Apelantes e do Bompreço Supermercados ao pagamento de dano moral decorrente da supracitada negativação, considerando que o débito exigido já se encontrava devidamente quitado.

Sustenta que efetivou, em 15.01.2010, o pagamento da última parcela do contrato para financiamento de veículo, no valor de R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), cujo vencimento deu-se naquela data, quitação realizada no Bompreço Supermercados, loja 006, terminal 6033, conforme comprovante de pagamento anexo aos autos (fls. 11).

1C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Faria de Moraes*

TJPE

Fis. \_\_\_\_\_

Contudo, não obstante tenha efetivado o aludido pagamento, o nome da consumidora fora inscrito em órgãos de restrição ao crédito, pelo Banco Santander, exigindo-se o valor total do sobredito contrato de financiamento, qual seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme extrato de consulta anexo à demanda (fls. 19).

O Itaú Unibanco veio aos autos (fls. 117/118) para noticiar a formalização de acordo com a ora Apelada, com o pagamento a esta do valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a título de danos morais e de R\$ 700,00 (setecentos reais) correspondente aos honorários advocatícios, dando-se a *"mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, declarando nada mais ter a dela reclamar seja a que título for direta ou indiretamente sobre os pedidos indenizatórios objeto deste processo"*.

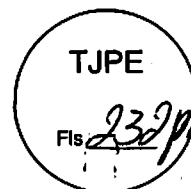
O julgador primevo homologou a sobredita transação (fls. 152), declarando *"extinta a presente ação, apenas em relação ao terceiro réu, UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A"*, e determinando a liberação do valor depositado em juízo pelo referido banco (R\$ 4.200 - fls. fls. 139/142), ordem esta cumprida, conforme cópia do alvará juntado ao feito (fls. 211).

Na sentença, o juízo originário julgou a demanda procedente, condenando todos os Réus (Banco Santander, Itaú Unibanco e Bompreço Supermercados), solidariamente, ao pagamento de danos morais em favor da Apelada no importe de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), deduzindo-se de tal valor o montante por esta obtido mediante acordo extrajudicial (R\$ 3.500,00).

Em suas razões recursais (fls. 165/180), o Banco Santander pugna pela inexistência de prova do dano sofrido pela Apelada, restando ausente a necessidade de reparação de ordem moral, ou, alternativamente, a redução do valor fixado a tal título (R\$ 8.000,00), sob pena de enriquecimento ilícito do particular.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Sabnete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



No seu apelo (fls. 184/202), o Itaú Unibanco suscita, preliminarmente, a *i)* violação à coisa julgada no presente feito, considerando que a sobredita parte já havia sido extinta da lide quando do proferimento da decisão que homologou o acordo por ele firmado com a consumidora (fls. 152), restando descabida sua responsabilização pela condenação imposta na sentença e *ii)* sua ilegitimidade passiva, por não ter qualquer participação com o ato ilícito objeto da lide.

No mérito, pugna pela *i)* inexistência de prova da ocorrência efetiva de ilícito ensejador da condenação por danos morais, ou, alternativamente, a redução do montante arbitrado pelo juízo singular a tal título e *ii)* aplicação da data da prolação da sentença como termo inicial para a incidência dos juros de mora, pois somente a partir daquele momento a obrigação se torna líquida e certa.

Contrarrazões para ambos os apelos (fls. 216/222), pugnando pelo improvimento dos recursos.

É o relatório.

À Revisão.

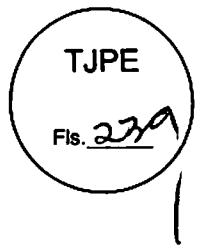
Recife,

*050313*  
*[Assinatura]*  
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL 64059-97.2010.8.17.0001 (296450-5) - 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
APELANTES: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e ITAÚ UNIBANCO S/A  
APELADO: GLEYK SUZY GALINDO GUITARÃES

V O T O

PRELIMINARES DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA

Através da presente preambular, o Itaú Unibanco S/A alega violação à coisa julgada, considerando que a sobredita parte já havia sido extinta da lide quando do proferimento da decisão que homologou o acordo por ele firmado com a consumidora (fls. 152), restando descabida sua responsabilização pela condenação em danos morais imposta na sentença.

Com efeito, a ora Apelante formalizou acordo com a Apelada (fls. 117/118), pagando a esta R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a título de danos morais e R\$ 700,00 (setecentos reais) referente aos honorários advocatícios, dando-se, naquela oportunidade, a mais ampla quitação acerca dos pedidos indenizatórios objeto da presente demanda.

A referida transação fora homologada judicialmente (fls. 152), determinando-se, na referida decisão, a extinção da ação em relação a ora Apelante, mantida a lide apenas no tocante aos demais réus (Banco Santander e Bompreço Supermercados).

Ou seja, considerando não haver notícias de qualquer recurso interposto em face da aludida decisão que homologou a transação e extinguiu o feito com resolução do mérito em relação ao Itaú Unibanco, resta manifesto o trânsito em julgado daquela, sendo descabida qualquer condenação do ora Apelante na sentença, vez que este já havia sido afastado da lide em momento anterior.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete de Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fis. \_\_\_\_\_

Ora, a transação, uma vez efetivada e homologada judicialmente, equipara-se à sentença irrevogável entre as partes que a firmaram, incidindo sobre ela todos os efeitos da coisa julgada, só sendo rescindida acaso demonstrando algum defeito no sobredito negócio, o que não se consubstancia na hipótese dos autos.

No caso sob exame, as partes, no acordo (fls. 117/118), deram ao objeto da presente lide "plena e irrestrita quitação, renunciando a qualquer direito que sobre ela se funde", tendo o julgador primevo, inclusive, extinguido o feito com resolução do mérito em relação ao transacionante Itaú Unibanco, inexistindo dúvidas acerca da incidência da coisa julgada sobre tal decisão e da impossibilidade de condenação posterior da sobredita parte nos mesmos autos.

Sobre o tema, colha-se a jurisprudência do C. STJ, verbis:

.....

*Processual civil e civil. Agravo no agravo de instrumento. Recurso especial. Aplicação em fundos de investimento. Prejuízos diante da desvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999. Risco. Transação. Interpretação. Coisa julgada.*

*- Não há ofensa ao Art. 535 do CPC se o acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes.*

*- Eventual deficiência na informação prestada pela Instituição Financeira na contratação do serviço, não gera, obrigatoriamente, o vício na transação havida, ato jurídico posterior e autônomo.*

*- A transação pressupõe concessões mútuas dos interessados e produz entre as partes o efeito de coisa julgada. Precedentes.*

*Agravo no agravo de instrumento não provido. (AgRg no Ag 967.259/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 16/09/2008, DJe 26/09/2008) (g.n)*

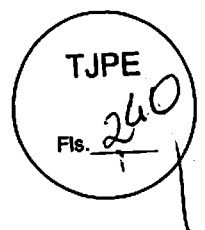
.....

**PROCESSO CIVIL. TRANSAÇÃO. COISA JULGADA.** *Quem, por meio de transação homologada judicialmente, dá quitação relativamente ao objeto litigioso e renuncia "a quaisquer outros eventuais direitos que tenha ou venha a ter" em razão do acidente noticiado na petição inicial não pode ajuizar nova ação acerca do mesmo fato; a coisa julgada impede o bis in idem. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 156.614/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/2006, DJ 05/06/2006, p. 255) (g.n)*

.....



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Baraiva de Moraes



Por fim, e com a devida venia, afigura-se contraditório o argumento disposto na sentença (fls. 160/161) pelo julgador primevo de que "a relação conflituosa é de consumo e, como tal, regida pela Lei 8.078/90, cujos artigos 25 e 51, I estabelecem a absoluta nulidade de acordo de vontades que importe em mitigação do direito indenizatório e, assim, a ré transatora também é devedora da diferença entre o valor por ela pago e o que foi aqui arbitrado".

Ora, considerando ter sido o próprio juízo originário quem homologou o supracitado acordo, extinguindo o feito com resolução do mérito em relação ao ora Apelante, entendo por desarrazoado ventilar possível nulidade da transação após o trânsito em julgado da decisão que a referendou, restando incólume todos os termos consignados no sobredito decisor, com a consequente impossibilidade de responsabilização do Itaú Unibanco pelo dano moral arbitrado na sentença.

Isto posto, **ACOLHO A PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA**, para afastar qualquer responsabilidade do Itaú Unibanco na presente lide, considerando a extinção do feito com resolução do mérito em relação à sobredita parte, quando do proferimento da decisão homologatória de acordo (fls. 152).

Ademais, considerando o afastamento do ora Apelante da presente lide, como acima explicitado, resta prejudicado seu argumento de que não é parte legítima para figurar no polo passivo desta demanda, razão pela qual **NÃO CONHEÇO DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA**.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Baraiva de Moraes

Relator





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes*



MÉRITO

Observado o acolhimento da preliminar de violação à coisa julgada, com o consequente afastamento da responsabilidade do Itaú Unibanco pelas condenações impostas na sentença, passo ao exame do mérito.

O cerne da controvérsia reside em aferir a responsabilidade do Banco Santander S/A, ora Apelante, e do Bompreço Supermercados pela inserção do nome da Apelada nos cadastros de proteção ao crédito.

Com efeito, o nome da Apelada fora negativado em decorrência de suposto inadimplemento da última parcela do contrato de financiamento de veículo, no valor de R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), com vencimento em 15.01.2010, sendo inscrito o montante total do sobredito negócio, qual seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme extrato de débito anexo aos autos (fls. 19).

Contudo, a Apelada trouxe ao feito prova da quitação, em 15.01.2010, da supracitada parcela, conforme comprovante de pagamento realizado no Bompreço Supermercados (loja 006; terminal 6033) - fls. 11/12, inexistindo dúvidas, portanto, da ilegalidade do débito inscrito, observado o adimplemento do montante exigido.

Com efeito, apenas as obrigações inadimplidas podem dar ensejo à anotação nos cadastros restritivos. A negativação motivada por débito já quitado revela-se indevida, configurando, por si só, dano moral passível de indenização, independente da demonstração do efetivo prejuízo, como se observa do posicionamento da jurisprudência pátria, verbis:

.....

*APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. QUITAÇÃO DAS PARCELAS DO FINANCIAMENTO NOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS. INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES SOB A ALEGAÇÃO DE*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. \_\_\_\_\_

*PENDÊNCIA DE PAGAMENTO DA 11ª PARCELA. PROVA DA QUITAÇÃO, ANTES MESMO DO SEU VENCIMENTO. AUSÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INDENIZATÓRIO. ACOIHIAMENTO DO PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO, PELA COBRANÇA INDEVIDA. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO DO RECURSO. Preenchidos os requisitos do art. 514 do CPC, não há que se falar em ausência de fundamentação da apelação oferecida pela parte ré. DANO MORAL. Considerando a prova da quitação das parcelas do contrato de financiamento nos respectivos vencimentos, bem como da 11ª parcela, antes mesmo do seu vencimento, constitui ilícito indenizável a inscrição do nome do autor nos cadastros de inadimplentes, pela inexistência do débito cobrado pela ré, motivo pelo qual resta mantida a sentença que acolheu o pedido de indenização por danos morais. DESNECESSIDADE DA PROVA DO DANO MORAL. Verificado o evento danoso, surge a necessidade da reparação, não havendo que se cogitar da prova do prejuízo, se presentes os pressupostos legais para que haja a responsabilização civil pelo dano moral (nexo de causalidade e culpa). (...) Preliminar rejeitada. Apelação desprovida. Recurso Adesivo parcialmente provido. (Apelação Cível Nº 70049643208, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Castro Boller, Julgado em 07/02/2013) (g.n)*

.....  
*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. DANO IN RE IPSA. VALOR ARBITRADO MODERADAMENTE. AGRAVO IMPROVIDO. I. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que a inscrição indevida em cadastro restritivo gera dano moral in re ipsa, sendo despcienda, pois, a prova de sua ocorrência. II. O valor arbitrado a título de reparação de danos morais está sujeito ao controle do Superior Tribunal de Justiça, desde que seja irrisório ou exagerado, o que não ocorre no presente caso. III. Agravo improvido. (AgRg no Ag 1222004/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe 16/06/2010) (g.n)*

Ademais, considerando que tanto o Bompreço Supermercados, o qual recebeu o pagamento da aludida parcela (R\$ 425,00), quanto o Banco Santander, que mesmo informado acerca do sobredito adimplemento inscreveu o nome da Apelada nos órgãos restritivos, com base no valor total do contrato (R\$ 8.000,00), participaram do ilícito ocorrido na relação de consumo objeto da lide, inexistente óbice para a responsabilização solidária das sobreditas partes, nos termos do §1º do art. 7º do CDC.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 242

Assentado o dever de indenizar, registro que o valor da indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar cautela maior em situações como a descrita nestes autos. Por outro lado, o dano moral não pode e não deve ser causa de enriquecimento ilícito do ofendido.

Neste tópico, ressalto que o julgador primevo, na sentença (fls. 160/161), determinou que do valor do dano moral por ele arbitrado, qual seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais), deveria ser deduzido o montante auferido no acordo pactuado pela consumidora com o Itaú Unibanco S/A (R\$ 3.500,00 a título de danos morais - fls. 117/118), disposição esta que não foi objeto de recurso pela Apelada, restando forçoso manter o julgado neste ponto, em observância ao princípio do *non reformatio in pejus*, bem como aos ditames do art. 473 do CPC<sup>1</sup>.

Assim, levando-se em conta os princípios que orientam a reparação do dano moral, como a situação econômica das partes, a gravidade do dano causado e o duplice escopo da reparação (satisfativo e pedagógico), sem desbordar de prudentes limites e sem ensejar enriquecimento desmotivado ao lesado, tenho por adequado o montante arbitrado a tal título pelo julgador primevo, qual seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Diante de todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** à apelação do Banco Santander.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes - Relator

<sup>1</sup> Art. 473. É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

235  
/

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0296450-5 – RECIFE-PE**

**DESPACHO**

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 15 de abril de 2013.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Revisor**